

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB2A1

A incorporação de novas tecnologias no setor público deixou de ser uma mera tendência para se tornar uma necessidade imperativa de modernização estatal. A inteligência artificial (IA) surge nesse cenário não apenas como uma ferramenta de automação, mas como um elemento transformador da própria atividade administrativa. Para o profissional do direito, compreender como os algoritmos interagem com os princípios constitucionais da administração pública é fundamental. Não se trata apenas de eficiência técnica, mas da preservação das garantias fundamentais do cidadão frente ao Estado digital.

Entre os princípios constitucionais, a eficiência é, sem dúvida, o maior motor para a adoção da IA na gestão pública. A capacidade de processar grandes volumes de dados, agilizar execuções fiscais, realizar triagens em processos licitatórios e otimizar o atendimento ao cidadão é inquestionável. A IA permite que a administração pública realize mais com menos recursos e atinja a finalidade pública com presteza e rendimento funcional.

No entanto, a busca pela eficiência não pode atropelar a segurança jurídica. A celeridade processual obtida por meio de robôs não deve suprimir o devido processo legal administrativo. Advogados que atuam nessa área devem estar atentos à natureza dos atos que estão sendo automatizados. Atos vinculados, que possuem requisitos objetivos definidos em lei, são candidatos ideais para a automação. Já os atos discricionários, que exigem juízo de valor e oportunidade, apresentam desafios complexos quando delegados a uma máquina.

A automação não retira do Estado a responsabilidade pela higidez do ato. Pelo contrário, ela exige um controle prévio muito mais rigoroso sobre os parâmetros de programação do *software*. O advogado moderno precisa entender que a defesa do administrado, muitas vezes, passará pela auditoria dos critérios utilizados pelo algoritmo para deferir ou indeferir um pleito.

Internet: <<https://legale.com.br>> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos ao texto CB2A1 e às ideias nele veiculadas.

- 1 Entende-se da leitura do terceiro parágrafo que, por dependerem menos de critérios objetivos definidos em lei, os atos discricionários são os mais adequados para automação.
- 2 Quanto à tipologia, o texto classifica-se como predominantemente injuntivo, pois orienta o leitor acerca dos procedimentos necessários para a implementação da IA na administração pública.
- 3 Depreende-se da leitura do texto que a incorporação da IA no setor público elimina conflitos entre eficiência administrativa e garantias fundamentais do cidadão.
- 4 Entende-se das ideias estabelecidas no primeiro parágrafo que a atuação do profissional do direito baseada na IA ultrapassa aspectos operacionais, envolvendo também a proteção de direitos fundamentais.

- 5 No período "A celeridade processual obtida por meio de robôs não deve suprimir o devido processo legal administrativo." (terceiro parágrafo), o segmento "obtida por meio de robôs" restringe o sentido de "celeridade processual", especificando a forma por meio da qual ela é alcançada, sem alterar a relação de oposição estabelecida no período imediatamente anterior.

Em relação a aspectos linguísticos do texto CB2A1, julgue os seguintes itens.

- 6 Os vocábulos "inteligência", "área" e "prévio" são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 7 Estariam mantidos a correção gramatical e os sentidos originais do texto caso o período "A inteligência artificial (IA) surge nesse cenário não apenas como uma ferramenta de automação, mas como um elemento transformador da própria atividade administrativa." (primeiro parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **A inteligência artificial (IA) surge nesse cenário não apenas como um elemento transformador da própria atividade administrativa, mas também como uma ferramenta de automação.**
- 8 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se suprimissem as vírgulas empregadas no trecho "a eficiência é, sem dúvida, o maior motor para a adoção da IA na gestão pública" (segundo parágrafo).
- 9 No segundo período do primeiro parágrafo, os vocábulos "apenas" e "própria" classificam-se gramaticalmente como adjetivos.
- 10 Respeitando-se a ortografia oficial em vigor e a coerência das ideias do texto, a expressão "No entanto" (início do terceiro parágrafo) poderia ser substituída por **Não obstante**.
- 11 No trecho "A capacidade de processar grandes volumes de dados, agilizar execuções fiscais, realizar triagens em processos licitatórios e otimizar o atendimento ao cidadão é inquestionável" (segundo parágrafo), o emprego da forma verbal "é" na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o termo "capacidade".
- 12 No segundo parágrafo, o trecho "A IA permite que a administração pública realize mais com menos recursos e atinja a finalidade pública" poderia ser corretamente reescrito como **A IA permite à administração pública realizar mais com menos recursos e atingir a finalidade pública.**
- 13 Não haveria prejuízo da correção gramatical nem comprometimento da coerência das ideias do primeiro parágrafo caso o período "Para o profissional do direito, compreender como os algoritmos interagem com os princípios constitucionais da administração pública é fundamental." fosse reescrito da seguinte forma: **É fundamental para o profissional do direito a compreensão de como os algoritmos interagem com os princípios constitucionais da administração pública.**

- 14 No segmento "A automação não retira do Estado a responsabilidade pela higidez do ato" (último parágrafo), o vocábulo "higidez" é sinônimo de **celeridade**.
- 15 Das relações de sentido estabelecidas entre os dois primeiros períodos do último parágrafo conclui-se que o segmento "Pelo contrário" introduz uma inversão argumentativa que não apenas reforça a negativa, presente no primeiro período, de uma possível expectativa de a automação reduzir a responsabilidade do Estado, mas a intensifica.

No que diz respeito ao sistema operacional Windows, ao programa PowerPoint 2019 e aos conceitos de redes de computadores, julgue os itens a seguir.

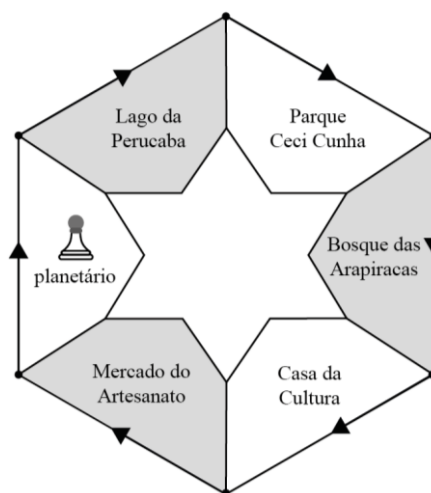
- 16 O protocolo FTP é amplamente utilizado para navegação em páginas *web* seguras, sendo substituto direto do HTTP em aplicações modernas.
- 17 Em redes de computadores, o protocolo HTTP opera tipicamente sobre o protocolo TCP e é utilizado para transferência de páginas *web*.
- 18 No PowerPoint 2019, o Slide Mestre permite a definição de padrões de layout e de formatação a ser aplicados automaticamente a vários slides da apresentação.
- 19 No Windows, o Gerenciador de Dispositivos permite visualizar e gerenciar drivers de hardware, incluindo a atualização e desinstalação de dispositivos.
- 20 A ferramenta Prompt de Comando (*cmd*), no sistema operacional Windows, permite executar comandos administrativos, mas não possibilita a automação de tarefas por meio de *scripts*.

Julgue os próximos itens, relativos a *sites* de busca e de pesquisa na Internet, a noções de organização e de gerenciamento de arquivos e a aplicativos para segurança da informação.

- 21 *Softwares* antivírus baseados exclusivamente em assinaturas são capazes de detectar, com alta eficácia, ameaças desconhecidas (*zero-day*), mesmo sem atualizações recentes.
- 22 Em sistemas Windows, mover um arquivo entre partições diferentes equivale, no âmbito do sistema, a uma operação de copiar e depois excluir o arquivo original.
- 23 Os *firewalls* pessoais atuais têm como função bloquear acessos externos não autorizados, não sendo capazes de controlar conexões iniciadas por aplicações internas do próprio sistema.
- 24 O uso de aspas em consultas em mecanismos de busca como o Google força a correspondência exata da expressão, reduzindo a abrangência dos resultados.
- 25 Em motores de busca, o operador *site:* restringe os resultados a um domínio específico, mas não pode ser combinado com outros termos ou operadores na mesma consulta.

A figura a seguir ilustra um tabuleiro, dividido em seis regiões, cada qual com o nome de um ponto turístico da cidade alagoana de Arapiraca, onde fica a sede da UNEAL.

Na região denominada Planetário, há uma peça, que se movimenta ao longo dessas regiões. Em uma sacola, há 60 moedas com formato e peso iguais, das quais 30 têm a letra A e 30 têm a letra R. Quando uma moeda com a letra A é tirada, a peça deve avançar três regiões, e, quando uma moeda com a letra R é tirada, a peça deve recuar duas regiões. Por exemplo, se a primeira moeda tirada tiver a letra A, a peça avançará para a região Bosque das Arapiracas; se essa moeda tiver a letra R, a peça recuará para a região Casa da Cultura.



Com base nessa situação hipotética, considerando que a região do Planetário seja a região inicial, julgue os itens seguintes.

- 26 Considere que 16 moedas tenham sido tiradas e que tenha sido obtida a seguinte sequência de letras.

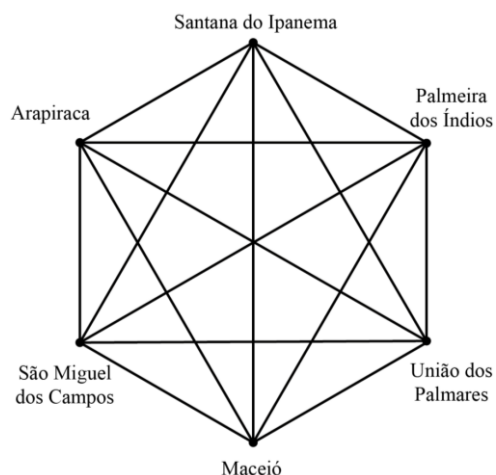
A A R R A A A R R A R A A R R A

Nesse caso, ao final de todas as movimentações necessárias, a peça estará na região Casa da Cultura.

- 27 Se seis moedas forem tiradas e as letras obtidas, em ordem, forem A A R A R A, a peça, após todas as movimentações necessárias, estará na região Parque Ceci Cunha.

Espaço livre

No diagrama com seis vértices ilustrado a seguir, cada vértice tem o nome de uma das seis cidades onde estão os *campi* da UNEAL. O diagrama também mostra que cada cidade está ligada diretamente a todas as outras cidades por segmentos de reta.



Nesse diagrama, qualquer caminho que liga duas cidades, passando por outras cidades, é denominado rota. Consta a seguir um exemplo de possível rota de Arapiraca a Maceió, passando por duas cidades distintas.

Arapiraca → União dos Palmares → São Miguel dos Campos → Maceió

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 28 O número de rotas distintas de Arapiraca a Maceió, passando por todas as demais cidades, mas somente uma única vez por cada cidade, é superior a 30.
- 29 O número de rotas distintas que se iniciam em Arapiraca e terminam em Arapiraca, passando por, no mínimo, outras 3 cidades distintas, mas somente uma única vez por cada uma dessas cidades, é superior a 90.
- 30 O número de rotas distintas de Arapiraca a Maceió que não passam por Palmeira dos Índios e União dos Palmares e que podem passar no máximo uma única vez por qualquer outra cidade é inferior a 20.

Acerca do percurso do rio São Francisco, no estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

- 31 Há, no percurso do rio São Francisco no estado de Alagoas, duas centrais hidroelétricas que geram energia para Alagoas e para outros estados da região Nordeste, a Usina de Moxotó, na fronteira com a Bahia, e a Usina de Xingó, na fronteira com Sergipe.
- 32 A diminuição da vazão do rio São Francisco tem provocado o avanço da água salgada do oceano Atlântico em seu curso próximo à foz e a salinização deste trecho do rio entre os estados de Alagoas e Sergipe, com impactos no ecossistema fluvial.
- 33 O percurso do rio São Francisco em Alagoas corresponde ao alto curso da bacia hidrográfica, pois é o trecho mais próximo da foz no oceano Atlântico.

A respeito de Maceió como capital estadual, julgue os seguintes itens.

- 34 Desde a criação da província de Alagoas no século XVIII, Maceió assumiu o papel de vila principal, tendo autonomia política administrativa e assumindo a função de primeira e única capital alagoana.
- 35 As funções administrativa, logística e industrial são indicativas da importância da cidade de Maceió enquanto capital estadual e centro portuário, havendo diversas usinas do setor sucroenergético em sua zona industrial, o que destaca a sua centralidade enquanto principal cidade da respectiva região metropolitana.
- 36 A região metropolitana de Maceió foca no desenvolvimento integrado de infraestrutura, mobilidade e serviços, com destaque para o crescimento do turismo e da economia, abrangendo cidades como Marechal Deodoro, Rio Largo e Satuba.

No que concerne ao Quilombo dos Palmares, julgue os itens subsequentes.

- 37 O Quilombo dos Palmares foi não só um dos maiores refúgios de escravizados que fugiam dos engenhos de açúcar no litoral e buscavam liberdade e refúgio no interior de Alagoas, mas também um símbolo de liberdade e de resistência, resistindo às tentativas de aprisionamento e de destruição comandadas pelo governo colonial por quase 100 anos.
- 38 O território do Quilombo dos Palmares organizava-se em sítios, pequenas concentrações de população com produção agrícola e comércio próprios, e localizava-se na Serra dos Palmares (atual município de Palmeira dos Índios/AL), cuja configuração geográfica criava barreiras naturais, como encostas e mata fechada, que protegiam os moradores.

Com relação à agroindústria canavieira em Alagoas, julgue os próximos itens.

- 39 Embora o setor sucroenergético enfrente desafios de produtividade devido ao déficit hídrico, a agroindústria canavieira, pilar econômico histórico de Alagoas, continua essencial para o emprego e desenvolvimento regional.
- 40 A organização territorial da produção canavieira em Alagoas é marcada pela concentração produtiva em seis grandes usinas — Coruripe, Triunfo, Sinimbu, Utinga, Delmiro Gouveia e Mata Grande —, que processam toda a produção alagoana de cana-de-açúcar.

Julgue os itens a seguir, relativos aos direitos sociais e à educação, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF).

- 41 O plano nacional de educação tem duração quinquenal e visa à estruturação do sistema educacional em regime de colaboração e à definição de diretrizes, metas e estratégias destinadas ao desenvolvimento e à manutenção do ensino em todos os níveis.
- 42 Os programas de transferência de renda têm como objetivo a garantia de uma renda básica familiar.
- 43 O direito à licença parental é assegurado no texto constitucional a ambos os genitores, observado o seguinte: à mãe assegura-se licença-maternidade de 120 dias; ao pai, licença-paternidade de 30 dias.
- 44 A associação profissional ou sindical é livre, admitindo-se a existência de múltiplas entidades representativas da categoria profissional na mesma base territorial municipal.

Julgue os seguintes itens, com base no disposto na CF e na Lei n.º 9.394/1996.

- 45 É garantida aos estudantes indígenas que ingressarem nas universidades públicas e privadas a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.
- 46 Dado o princípio constitucional da igualdade no que concerne aos direitos sociais, é vedado o acesso de professores das redes públicas de educação básica a cursos superiores de pedagogia e licenciatura por meio de processo seletivo diferenciado.
- 47 Ao estudante regularmente matriculado em instituição de ensino pública é garantido o direito de faltar a provas ou aulas por motivo religioso, mediante solicitação prévia e justificada, devendo a instituição oferecer-lhe alternativa de reposição.
- 48 As universidades deverão dispor, no mínimo, da metade de seu corpo docente em regime de tempo integral, exigindo-se o mesmo quantitativo de docentes com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado nas universidades, sejam elas públicas ou privadas.
- 49 A adequação de currículos, métodos e recursos pedagógicos destinados a educandos com deficiência é facultativa e fica condicionada ao juízo das políticas de inclusão de cada instituição universitária.
- 50 Os colegiados de ensino e pesquisa das universidades têm autonomia para decidir, conforme os recursos orçamentários disponíveis, sobre a criação, a expansão, a modificação e a extinção de cursos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, acerca das fontes do direito administrativo, dos atributos do ato administrativo e de aspectos relativos aos agentes públicos.

- 51 É permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.
- 52 A readaptação é uma das hipóteses discriminadas em lei das quais decorre a vacância de cargo público.
- 53 O provimento de um tribunal de justiça, praticado no exercício de função administrativa, é considerado fonte de direito administrativo.
- 54 O funcionário público em estágio probatório poderá ser exonerado e demitido, sem necessidade de inquérito ou demais formalidades legais, em virtude de não ter ainda adquirido estabilidade no cargo público.
- 55 Imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

A respeito do poder de polícia, da responsabilidade civil do Estado, da improbidade administrativa, dos princípios aplicáveis aos serviços públicos e das sociedades de economia mista, julgue os próximos itens.

- 56 Todas as sociedades de economia mista são dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- 57 É inconstitucional a atribuição do exercício de poder de polícia de trânsito às guardas municipais, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- 58 Nos casos de improbidade administrativa, mesmo que as demais penalidades tenham sido atingidas pela prescrição, é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento de dano ao erário.
- 59 A demonstração de culpa concorrente da vítima na ocorrência de dano é causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.
- 60 O princípio da continuidade do serviço público não tem caráter absoluto, logo, em caso de greve no serviço público, não há obrigatoriedade de o poder público proceder a desconto na remuneração dos dias de paralisação.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e com o Decreto n.º 11.462/2023, julgue os itens seguintes.

- 61 Nas licitações, é vedada a adoção do critério de maior retorno econômico para julgamento de propostas na modalidade licitatória concorrência.
- 62 O sistema de registro de preços não pode ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia.

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 63 Normas constitucionais programáticas não geram direitos subjetivos imediatos, embora possam servir de parâmetro para o controle de constitucionalidade.
- 64 Normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade indireta e mediata, na medida em que sua capacidade de produzir efeitos depende necessariamente da edição de lei pelo legislador ordinário.

Acerca da organização do Estado brasileiro e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens seguintes, conforme a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF.

- 65 Compete ao presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, independentemente de referendo do Congresso Nacional.
- 66 O TCU, em caso de urgência e risco de dano irreparável, poderá sustar imediatamente a execução de contratos administrativos, devendo comunicar a decisão ao Poder Legislativo.
- 67 Por não se tratar de matéria penal, União, estados e municípios podem legislar concorrentemente sobre crimes de responsabilidade.
- 68 Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem à União, ainda que a área em que estejam localizados pertença a particulares.
- 69 As comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, razão pela qual podem decretar interceptação telefônica e busca e apreensão domiciliar.
- 70 É formalmente inconstitucional decreto estadual que proíba o uso de linguagem neutra em instituições de ensino, em razão da competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Julgue os itens que se seguem, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre finanças públicas.

- 71 É admitida a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa, desde que indicados os recursos correspondentes.
- 72 Para que sejam aprovadas emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, é obrigatória a indicação dos recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de determinadas despesas.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsequentes.

- 73 Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- 74 No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia.

Acerca das pessoas jurídicas e do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens a seguir.

- 75** O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, sendo dispensável sua instauração quando a desconsideração for requerida na própria petição inicial.
- 76** O desvio de finalidade caracteriza-se pela utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, não estando configurado, por si só, com a mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- 77** Para a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, é necessária a demonstração do estado de insolvência do fornecedor e do fato de a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados.
- 78** A teoria maior da desconsideração exige a demonstração de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, sendo a mera insolvência da pessoa jurídica insuficiente para autorizar o afastamento do véu corporativo.
- 79** A desconsideração inversa da personalidade jurídica — hipótese em que os efeitos de obrigações pessoais dos sócios ou administradores são estendidos ao patrimônio da própria pessoa jurídica — não encontra previsão expressa no ordenamento jurídico, sendo instituto de criação jurisprudencial.

Em relação aos direitos da personalidade, categoria central do direito civil contemporâneo, julgue os itens seguintes.

- 80** O princípio da imutabilidade do nome, embora orientado pela segurança jurídica, não ostenta caráter absoluto, admitindo-se a modificação desde que presente justo motivo e ausente prejuízo a terceiros.
- 81** A ausência de norma específica que regulamente o reconhecimento do gênero neutro no registro civil impede a sua efetivação, em razão do princípio da legalidade estrita, não sendo possível ao julgador suprir tal lacuna por analogia ou por princípios gerais de direito.

Os fundadores de determinada sociedade constituída por instrumento público, com objeto lícito e sócios capazes, retardaram deliberadamente a inscrição dos atos constitutivos por 120 dias, período durante o qual celebraram contratos em nome da sociedade. Após o registro, um dos credores contratantes pretende executar diretamente o patrimônio pessoal dos sócios que assinaram os contratos, alegando que o benefício de ordem não se aplica aos representantes da sociedade irregular.

Tendo como referência esse caso hipotético, julgue os itens que se seguem, relativos ao regime jurídico das sociedades.

- 82** O registro posterior tem efeito retroativo à data da constituição da sociedade, saneando a irregularidade e afastando a responsabilidade pessoal dos sócios pelo período anterior.
- 83** A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos.
- 84** Todos os sócios respondem ilimitadamente e solidariamente pelas obrigações contraídas no período de irregularidade, com exclusão do benefício de ordem.

Acerca da natureza jurídica do nome civil, de sua tutela legal e das hipóteses de alteração do prenome e do sobrenome, julgue os seguintes itens.

- 85** A pessoa autoidentificada como indígena tem o direito de promover a completa supressão e substituição de seu nome registral por nome de origem indígena, em razão do direito à autodeterminação étnica.
- 86** O direito ao nome civil possui natureza jurídica de direito da personalidade, dotado de caráter extrapatrimonial, sendo equivocada a tese que o qualifica como direito de propriedade, tese esta que somente prospera, com ressalvas, em relação ao nome comercial.

Considerando as regras do Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir, com relação a jurisdição, normas processuais civis, ação e pressupostos processuais.

- 87** As condições da ação, como legitimidade e interesse processual, devem ser analisadas no momento da sentença, sendo vedado ao juiz extinguir o processo sem resolução do mérito antes dessa fase.
- 88** Se estiverem ausentes a causa de pedir e o pedido — que, assim como as partes, são elementos de uma ação —, é possível ser indeferida a petição inicial por inépcia.
- 89** A classificação das ações quanto ao tipo de provimento jurisdicional inclui as ações condenatórias, declaratórias e constitutivas, exigindo-se em todas, indistintamente, prestação positiva do réu ao final do processo.
- 90** A inércia é uma das características da jurisdição exercida pelos órgãos do Poder Judiciário, de modo que o juiz somente atua quando provocado pela parte interessada, não podendo agir de ofício para instaurar processo.
- 91** As normas processuais civis devem ser interpretadas de forma a assegurar às partes igualdade de tratamento, sendo vedado ao juiz aplicar tratamento diferenciado entre contratante e contratada, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

Uma instituição caracterizada como pessoa jurídica de direito público é parte em diferentes demandas judiciais relacionadas à contratação de serviços e gestão de recursos públicos, ajuizadas ou impetradas por cidadãos e órgãos de controle.

Julgue os itens seguintes, quanto às normas processuais pertinentes a essa situação hipotética e aos instrumentos de controle judicial da Administração Pública.

- 92** A ação de improbidade administrativa ajuizada contra agente da instituição seguirá integralmente o procedimento previsto em legislação própria, não se admitindo a aplicação subsidiária ou supletiva do Código de Processo Civil.
- 93** A preclusão temporal impede que a instituição pratique ato processual após o decurso do prazo legal, ainda que não haja prejuízo à parte contrária, em razão da necessidade de estabilização das fases do processo.
- 94** Embora a pessoa jurídica de direito público tenha capacidade processual para estar em juízo, sua representação deve ocorrer por meio de advogado regularmente inscrito, em razão da exigência de capacidade postulatória.
- 95** Qualquer cidadão tem legitimidade para propor ação popular com vistas a anular ato lesivo ao patrimônio público da instituição, sendo dispensada a demonstração de interesse individual direto na causa.
- 96** É cabível impetrar mandado de segurança contra ato de gestor da instituição, inclusive quando houver possibilidade de dilação probatória, desde que se trate de direito líquido e certo violado por ilegalidade.
- 97** Contra decisões proferidas em processos judiciais é possível a interposição de recursos, cuja finalidade pode ser reformar, invalidar, esclarecer ou integrar decisões.

Um analista administrativo de determinada autarquia estadual, chamado a se manifestar em processo administrativo que discutia a regularidade de diversas práticas adotadas por empresas contratadas pela referida autarquia, bem como por setores internos da instituição, deve elaborar parecer após a análise de questões relacionadas a regularidades dos contratos de trabalhos no âmbito da instituição.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, de acordo com as normas da legislação trabalhista e a jurisprudência do TST.

- 98** Suponha que, em janeiro de 2026, José tenha ajuizado reclamação trabalhista contra a referida autarquia sob a alegação de que trabalhara lá de 2014 a 2023 sem que a CTPS fosse assinada. Suponha, ainda, que, na reclamação, ele tenha requerido a declaração do vínculo empregatício naquele período para fins de anotação na carteira profissional, ao argumento de que precisaria desse interregno para conseguir sua aposentadoria junto ao INSS. Nessa situação hipotética, a autarquia deverá alegar, em defesa, a ocorrência de prescrição, pois a ação foi ajuizada após o biênio constitucional.
- 99** A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
- 100** Considere que a sociedade empresária Alfa Ltda., uma das empresas contratadas pela referida autarquia, pretenda implantar sistema banco de horas com as seguintes características: a compensação de eventuais horas extras cumpridas deverá ocorrer em até 2 meses e, caso não sejam compensadas, o empregado receberá o adicional legal proporcional às horas excedentes. Nesse caso, o banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, porque a compensação será feita em menos de 6 meses.
- 101** Por não ser considerado tempo à disposição do empregador, o período que exceder a jornada normal de trabalho não será computado como período extraordinário, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos, quando o empregado, mesmo por determinação do empregador, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, como, por exemplo, práticas religiosas e estudo.
- 102** Suponha que Jessé, empregado da empresa Lava Pé Ltda., uma das empresas contratadas pela referida autarquia, tenha sido condenado por crime de furto simples a pena de 2 anos, em sentença já transitada em julgado, tendo sido a ele concedida suspensão condicional da pena. Nesse caso, a empresa não poderá demiti-lo por justa causa.

Um analista administrativo de determinada autarquia foi incumbido de avaliar a adequação de práticas trabalhistas adotadas por empresas contratadas pela autarquia após a entrada em vigor da reforma trabalhista.

Considerando o cenário descrito, julgue os itens subsequentes, à luz da legislação trabalhista vigente e do entendimento jurisprudencial do TST e do STF aplicável às normas trabalhistas.

- 103** Suponha que Lúcio seja empregado celetista em uma empresa que presta serviços para a referida autarquia desde 2022, tendo sua CTPS devidamente anotada. Suponha, também, que, no último contracheque de Lúcio, tenha sido verificado o pagamento de parcelas referentes a abono, prêmio, comissão e diária para viagem. Nesse caso, todas as referidas verbas integram o salário de Lúcio e constituem base de incidência de encargo trabalhista.
- 104** Considere que Maria, diretora não empregada de uma grande multinacional oriunda da Argentina e contratada pela referida autarquia, tenha remuneração elevada e usufrua de algumas vantagens em razão do cargo que ocupa, como o aluguel de um apartamento em bairro nobre. Considere, ainda, que, na última assembleia, Maria tenha levado a debate sua pretensão de receber mensalmente FGTS em conta vinculada. Nesse caso, a sociedade empresária está obrigada a equiparar, para fins de FGTS, a diretora não empregada aos demais trabalhadores.

Ainda com base na legislação trabalhista vigente e no entendimento jurisprudencial do TST e do STF aplicável às normas trabalhistas, julgue os seguintes itens.

- 105** É devido o adicional de serviço noturno ainda que o empregado esteja sujeito a regime de revezamento, e a duração legal da hora de serviço noturno (52 minutos e trinta segundos) constitui vantagem suplementar que não dispensa o salário adicional.
- 106** Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração do empregado celetista para todos os efeitos legais.
- 107** Nos termos da legislação trabalhista, as hipóteses de afastamento do empregado por 3 dias consecutivos em virtude de casamento ou por 2 dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge configuram hipóteses de suspensão do contrato de trabalho, razão por que não lhe é devido o pagamento de salário relativo ao período de ausência.
- 108** Nula é a cláusula contratual que fixe determinada importância ou porcentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.

Julgue os itens a seguir, com base na Constituição Federal de 1988.

- 109** Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, cabendo ao estados e ao Distrito Federal priorizar os ensinos fundamental e médio.
- 110** O ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e na uniformização das concepções pedagógicas, de acordo com as diretrizes educacionais oficialmente adotadas pelo poder público, admitida a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- 111** A educação, direito social de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- 112** As universidades gozam de autonomia didático-científica que lhes faculta a adoção apenas de ensino, pesquisa ou extensão, assim como a oferta de cursos que contemplem esses três eixos de atuação.
- 113** As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica, nas respectivas redes públicas de ensino.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, julgue os itens seguintes.

- 114** A educação física é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa a todos os alunos.
- 115** A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio estabelece objetivos de aprendizagem relativos ao ensino de filosofia, geografia, história e sociologia.
- 116** A União pode delegar o reconhecimento, o credenciamento e a avaliação de cursos de instituições de educação superior aos estados que mantenham tais instituições.
- 117** A educação infantil abrange a educação básica e o ensino fundamental.

No que se refere ao Plano Nacional de Educação (PNE), ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), julgue os itens subsequentes.

- 118** Compete exclusivamente ao Conselho Nacional de Educação realizar o monitoramento contínuo da execução do PNE.
- 119** O agente operador que atuar no âmbito do FIES está impedido, por dispositivo legal, de estabelecer valores mínimos de financiamento.
- 120** Caso uma instituição de educação superior tenha resultado insatisfatório no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, ela deverá celebrar protocolo de compromisso com o Ministério da Educação, sem necessidade de suspensão das novas matrículas do curso.

Espaço livre